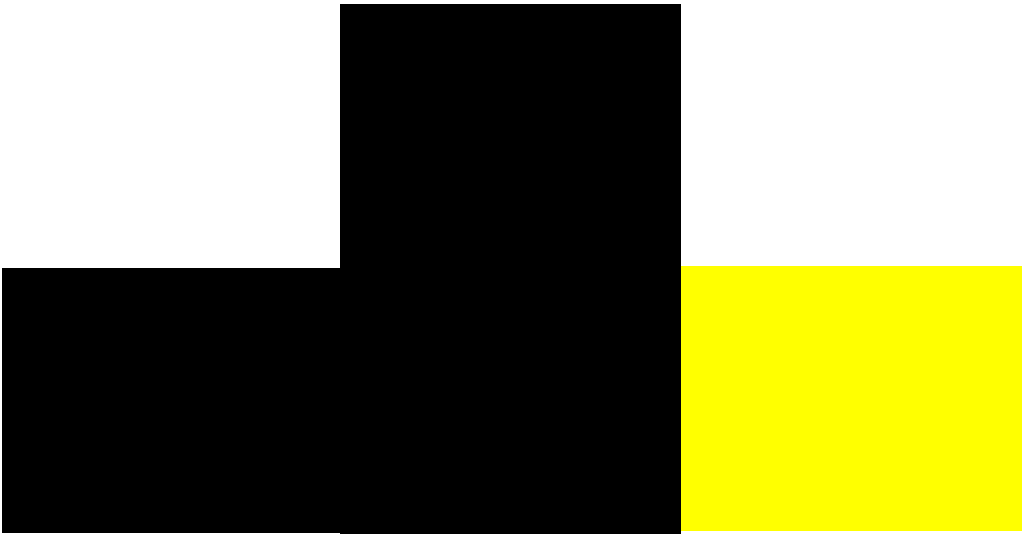




Por uma *práxis* da **compaixão**

Zona Zarić

*Professora de Filosofia Política e Pensamento Político
Contemporâneo na Universidade Americana de Paris e
Pesquisadora no Instituto de Filosofia e Teoria Social da
Universidade de Belgrado*



Walter Benjamin colocou uma questão provocadora no cerne do discurso marxista sobre a revolução, tradicionalmente vista como *"a locomotiva da história mundial"*. Em vez de aderir a essa metáfora otimista, Benjamin avança a ideia contrária: *"talvez as revoluções sejam uma tentativa dos passageiros desse trem – a saber, a raça humana – de puxar o freio de emergência."*

Essa reflexão de Benjamin destaca uma concepção alternativa da revolução, não como um motor do progresso histórico, mas sim como um gesto crítico da humanidade buscando interromper seu próprio curso. Segundo Benjamin, as revoluções encarnam um esforço para alterar o curso presumivelmente inevitável da história, sugerindo uma questão fundamental sobre a natureza e a direção da mudança social. Longe da imagem de avanço linear e inevitável, Benjamin nos convida a ver as revoluções como momentos de ruptura, instantes em que a humanidade se esforça para reavaliar e, potencialmente, redefinir seu futuro. Essa perspectiva renova a reflexão sobre o potencial revolucionário, não apenas como uma força de mudança, mas também como uma manifestação do despertar de uma vontade coletiva de contestar e repensar a trajetória histórica. Ao falar de Trotski, Isaac Deutscher escreveu: *"A revolução é para ele aquele momento breve, mas carregado de significado, em que os humildes e oprimidos finalmente têm a palavra, e para ele esse momento redime séculos de opressão. E ele retorna a isso com uma nostalgia que confere à sua reconstituição um relevo intenso e brilhante"* (Deutscher 1980). Podemos ouvir nestas palavras - assim como em Benjamin - uma concepção qualitativa da temporalidade, oposta à temporalidade uniforme dos positivistas.

No contexto atual de crises globais interconectadas, essa visão adquire uma ressonância particular. As dinâmicas rápidas e complexas de mudança, percebidas como ameaçadoras e desestabilizadoras, exigem uma reavaliação da noção de revolução. Ao contrário da ideia de um "freio de emergência" proporcionando um alívio necessário, um momento de reflexão e reavaliação, observamos que forças reacionárias e autoritárias exploram o desejo de estabilidade e segurança para promover uma ordem social regressiva. Muros se erguem em toda parte entre os homens, entre os sexos, entre as

experiências. O tempo de descanso torna-se cada vez mais curto ou como uma apneia entre dois alertas humanitários, ecológicos, econômicos ou sanitários. A pandemia de Covid-19 e o estado resultante de isolamento que ela precipitou, paralelamente às guerras e às dinâmicas complexas dos fluxos migratórios, contra os quais a sociedade parece ter desenvolvido uma imunidade perigosamente indiferente, representam questões críticas que nos encapsulam e nos desafiam. O valor do outro se apaga e se ausenta. Esses fenômenos não apenas nos isolam uns dos outros, mas também nos mergulham em uma confrontação incessante com a barreira onipresente de imagens e obstáculos que impregnam nossa existência cotidiana. Essa barreira também nos mergulha em uma distância de nós mesmos, voltados assim permanentemente para um exterior imaginado; nossos desejos e nossas faltas parecem satisfeitos, mas estão apenas distantes, alienados.

Essas observações sublinham a urgência para as forças progressistas de navegar entre a dialética do desejo de transformar radicalmente nossas vidas e a sociedade e a necessidade de oferecer pontos de referência de estabilidade e solidariedade. De responder à fragilização da psique e à dificuldade de pensar um futuro com confiança. O que poderia responder a esse desejo, a essa necessidade? Qual margem de manobra nos resta para construir um pensamento comum?

A reflexão de Benjamin sobre a revolução como "freio de emergência" vem enriquecer nossa compreensão contemporânea das lutas por mudança social. Ela destaca a necessidade de reimaginar a revolução, não apenas como um motor de progresso, mas também como um ato de tomada de consciência e reorientação coletiva diante dos desafios do presente. Vamos aqui tentar ligar um afeto - a compaixão - a essa ideia de tomada de consciência e reorientação coletiva, uma vez que a compaixão parece frequentemente despertar por uma crise ou uma tomada de consciência da fragilidade e da vulnerabilidade diante de uma situação de emergência. Basta lembrar das manifestações recordes em 2015 durante os atentados em Paris, reunidas sob o slogan *JeSuisCharlie*, ou ainda a amplitude do movimento por trás da hashtag *#MeToo*. As revoltas e os levantes são frequentemente manifestações de dor coletiva diante de

injustiças, e a compaixão pode ser ao mesmo tempo o motor e a resposta para compreender e responder a esse sofrimento. Ela não se limita a aliviar a dor, mas visa também construir uma vida comum, uma comunidade em torno da experiência de um sofrimento compartilhado. Ela pode ser um catalisador para promover o bem individual e coletivo, favorecendo assim a justiça e a igualdade das ideias frequentemente associadas aos movimentos revolucionários. Mas como poderíamos nos voltar para o Outro sem passar pelo acidente, pela catástrofe individual ou coletiva? E tornar assim a compaixão política e revolucionária? Nenhuma proposta nem nenhuma resposta poderia esgotar ou elucidar a questão da compaixão, o mesmo vale para a revolução. É com a intenção de explorar seus cruzamentos através dos caminhos do universo filosófico e psicanalítico que analisamos a compaixão, tentando acessar sua dimensão política, mas também transcendental. Isso nos permitirá talvez libertá-la das percepções limitadas às quais é atribuída e restaurar-lhe sua dimensão política e revolucionária.

O problema inteiro da compaixão reside em uma dinâmica muito estranha do fenômeno que ofusca as fronteiras das categorias ordinárias: sujeito e objeto, si mesmo e outro, prazer e sofrimento; todos esses elementos, que estão ligados a um conjunto de contradições e contrários, são de certa forma abalados e resolvidos pelo mecanismo da compaixão. A compaixão desfaz assim as divisões muito ordenadas que a história da filosofia quis fixar: da separação do privado e do público, do íntimo e do político, da razão e das emoções. É essa qualidade subversiva da compaixão que transcende os dualismos que desejamos esclarecer como potencialmente revolucionária. O momento teórico presente, agitado por questões tão vastas quanto a guerra, o feminismo ou a ecologia, questiona todas as distinções que a compaixão desfaz. Um conceito tão obsoleto quanto a compaixão poderia se juntar às questões mais atuais da política?

Retornar ao momento presente por meio da compaixão é, assim, não mais pensar uma distinção tão clara entre os mundos humanos e seu ambiente, não mais ver na binaridade do masculino e do feminino uma divisão bem definida dos papéis sociais. A compaixão questiona as polaridades pelo jogo de papéis ao qual incita. Emmanuel Levinas

nos deu um exemplo bem conhecido, o do papel do uniforme na criação do Outro, do distante, do inimigo, facilitando assim o assassinato. Enquanto o encontro com o rosto do outro na proximidade do face a face nos permite reconhecer a humanidade comum através das emoções e dos sofrimentos que ele descreve (Levinas 1991). A compaixão, em sua acepção política, é um jogo que nos põe em movimento, que nos empurra a sair de nós mesmos, sem, no entanto, nos colocar no lugar do Outro. Ela cria esse face a face, esse entre-dois, esse entre-nós que é justamente o domínio da política. Ela seria capaz de ser o primeiro passo necessário para a política entendida no sentido mais amplo do termo - como o que muda os comportamentos? (Navarro 2010). O impulso vital, o impulso revolucionário se vê assim nascer, seja no desejo de mudar o mundo ou de mudar sua relação com o mundo, com os outros ou ainda consigo mesmo. Nesse sentido, a compaixão não teria mais nada a ver com a empatia insular e esclerosante que nos fecha em nós mesmos, em vez de nos ligar ao outro. Não se trata, no entanto, de negar a importância da empatia. A empatia deve, obviamente, manter um papel positivo nas relações íntimas, bem como na literatura, nos filmes, na educação de um imaginário, etc. Temos essa aptidão inata de entrar em ressonância empática com o outro de maneira mais ou menos espontânea. Mas nas relações sociais e políticas, essa ressonância não parece se materializar de forma evidente. A compaixão poderia ser um melhor guia de ação no mundo em que vivemos. Um remédio contra a alienação - ligando a transformação social à libertação pessoal; a conexão intrínseca entre as emoções gerando um impulso revolucionário e sua consolidação em uma subjetividade revolucionária. A compaixão, vista como uma capacidade de escuta ativa e um projeto construtivo de "sofrer com" (do latim: *cum patior* "sofro com") pode desempenhar um papel crucial nos momentos de revolta ou levantes. Assim, a dor não se reduz mais a um sofrer, mas se transforma em um agir: pelo Outro, apesar de si mesmo, a partir de si mesmo.

No prefácio do livro *Uma história global das revoluções* (Bantigny et al. 2023), uma verdade frequentemente negligenciada é destacada: as revoluções não são eventos excepcionais, mas sim ocorrências regulares ao longo da história. Longe de estarem

confinadas a épocas específicas, as revoluções são onipresentes e continuam a se manifestar sob diferentes formas. Considerar a diversidade das revoluções revela seu papel crucial no moldar da história humana. Ela permite uma compreensão mais sutil das dinâmicas de poder e resistência, destacando assim a importância dos contextos políticos, sociais e culturais nos quais esses movimentos emergem.

A compaixão estendida ao campo político é aquela que não se desdobra apenas momentaneamente como resposta impotente diante do evento ou da catástrofe, é, ao contrário, aquela da duração do compromisso permitida pelo jogo de papéis produzido pela compaixão. O jogo, a movimentação, são os terrenos onde a filosofia e a psicanálise se encontram: a compaixão nos move assim como nos comove, ela nos liga uns aos outros não apenas no instante da emoção coletiva, mas também como esses pontos de suspensão que nos conectam uns aos outros quando a vida retomou seu curso. A dimensão política da compaixão sai do face a face para passar ao estágio da comunidade, reconhecendo ao mesmo tempo a diferença fundamental do Outro e sua igualdade radical. Ou, para dizer com Blaise Pascal e para apaziguar o medo arendtiano (Arendt 1963) da emoção coletiva na qual a pluralidade poderia se perder: "*A multidão que não se reduz à unidade é confusão; a unidade que não depende da multidão é tirania.*" (Pascal 2000). Assim, Pascal nos convida a refletir sobre o delicado equilíbrio entre ordem e liberdade. Uma sociedade justa e harmoniosa necessita de uma unidade baseada na participação e no respeito pela multidão, evitando tanto a confusão anárquica quanto a tirania autoritária. Essa reflexão é particularmente pertinente nos contextos contemporâneos de governança democrática, onde a busca pela unidade deve constantemente integrar as vozes diversas e às vezes discordantes da população.

Um mundo onde a contradição é possível, onde a razão e o espírito aceitam estar na proximidade e na escuta dos corpos e dos afetos que os animam; uma forma de racionalidade que apela à intuição e à sensação em vez da rigidez da argumentação; libertar-se da dicotomia para pensar mais diretamente o real: é isso que a compaixão nos promete. Não pensar a diversidade senão na unidade. É a diversidade que questiona as

próprias fronteiras da humanidade. Onde começa? Onde termina? Quer seja entre os partidários da compaixão ou frequentemente também entre seus detratores mais veementes – chega-se facilmente a um acordo sobre o fato de que a compaixão é um suporte de ação que coloca o ser em movimento em direção ao Outro, em direção à humanidade.

No entanto, a compaixão não constitui um credo político a ser promovido, mas sim uma *práxis*, uma prática política do viver em comum que expressa nosso vínculo com o mundo e com os outros tal como os sentimos. Nossas atitudes atestam a relação que uma sensibilidade mantém com o mundo no qual está fisicamente envolvida de maneira indissociável. Elas questionam nossa gestão do mundo à luz de nossas experiências individuais e coletivas das quais somos ora atores, ora testemunhas. O que a compaixão política pode instaurar é precisamente a manutenção dessa consciência de uma humanidade partilhada em existência — o que, em retorno, constituirá seu impulso revolucionário.

Bibliografia

Arendt, Hannah, *Essai sur la révolution*, Paris, Gallimard, 1963.

Bantigny, Ludivine, et al. *Une histoire globale des révolutions*. La Découverte, 2023

Bensaïd, Daniel. *Walter Benjamin. Sentinelle messianique à la gauche du possible*. Les prairies ordinaires, 2010 (First edition 1990).

Lachaud, Jean-Marc. *Le marxisme atypique de Walter Benjamin*.
journals.openedition.org.

https://www.researchgate.net/publication/333140889_Le_marxisme_atypique_de_Walter_Benjamin.

Levinas, Emmanuel, *Entre nous. Essais sur le penser-à-l'autre*, Paris, Grasset, Paris, 1991.

Isaac Deutscher, Trotsky, 10/18, Paris, 1980, vol. 5, p. 319-320.

Navarro, Marion. *Les comportements politiques : continuité ou opposition entre les générations?* Regards croisés sur l'économie 7, no. 1 (2010): 211-215.

Parker, Ian, and David Pavón-Cuéllar. *Psychoanalysis and Revolution: Critical Psychology for Liberation Movements*. 1968 Press, 2021.

Pascal Blaise, *Pensées*, Paris, Le Livre de Poche, 2000 [1669].

Pelletier, D. Michael Löwy, *La révolution est le frein d'urgence. Essais sur Walter Benjamin*. journals.openedition.org. <https://journals.openedition.org/assr/49243>.

Benjamin, Walter. *Écrits français*. Gallimard (Folio), p. 434.

Benjamin, Walter. *Œuvres III*. Gallimard (Folio), p. 433.

Traverso, Enzo. *Walter Benjamin et Léon Trotsky*. contretemps.eu. <https://www.contretemps.eu/walter-benjamin-trotsky-marxisme-traverso/> (First edition in: *Revue Quatrième Internationale* 1990).